



I - Relatório de Gestão



mourão
MUNICÍPIO



Índice

Índice	1
Nota de Abertura do Presidente	2
1 Introdução	4
1.1 Nota Introdutória.....	4
1.2 Estrutura política	5
1.4 Recursos Humanos	6
1.4 Verificação dos Limites de Encargos com Pessoal para 2023.....	8
1.5 Enquadramento Macroeconómico.....	10
2 Relato Orçamental.....	11
2.1 Orçamento.....	11
2.2 Receita Orçamental	12
2.3 Despesa Orçamental.....	18
2.4 Compromissos / Fundos disponíveis	22
2.5 Execução das Grandes Opções do Plano	24
2.6 Indicadores Orçamentais.....	29
3 Relato financeiro	30
3.1 Análise ao Balanço.....	31
3.2 Análise à Demonstração de Resultados	33
3.3 Disponibilidades	34
3.4 Indicadores Económico-Financeiros	34
3.5 Endividamento Municipal.....	34
4 Contabilidade de Gestão	36
5 Proposta de Aplicação de Resultados	37
6 Acontecimentos após a data de relato.....	37



Nota de Abertura do Presidente

O ano de 2023 foi o segundo do mandato autárquico 2021/2025, tendo sido cumpridos os objetivos fixados para a atividade da Câmara Municipal de Mourão e assumindo-se como um relevante contributo para o crescimento e o desenvolvimento do Município, com a concretização de um vasto conjunto projetos, concursos e obras, assim como de realizações ao nível dos eventos, o que permite assumir um balanço muito positivo da atividade da Câmara Municipal no ano de 2023.

Uma área com destaque de carácter excecional foi a dos Fundos Comunitários, pela finalização da utilização do Portugal 2020, com a execução da obra do Cinetatro Municipal, pela importância para o desenvolvimento do Município, pela sua dimensão financeira, pela sua complexidade e carácter inovador.

No âmbito da Descentralização, prosseguimos com bons resultados o exercício das novas competências na área da Educação (excetuando na componente afeta ao transporte de crianças com necessidades educativas especiais, onde existe um défice), na área da Ação Social e na área da Saúde.

Na prioritária área da Educação, temos de realçar o investimento continuado na qualificação do parque escolar do Município, terminando o ano com mais empreitadas de reabilitação dos espaços de recreio e lazer, plataforma de acessibilidades a pessoas com mobilidade reduzida na sede do AEM, além das pinturas dos edifícios escolares.

Prosseguimos o trabalho intenso de cooperação institucional com as Juntas de Freguesia, tendo-se iniciado e contratualizado a formalização dos contratos de delegação de competências para 2024, confirmando-se o balanço positivo da sua execução.

Deu-se continuidade ao processo de contratualização de apoios com as Associações privadas sem fins lucrativos, tendo formalizado e executado também um apoio extraordinário à AHBVM para aquisição de uma nova ambulância para serviço à população.

No ano de 2023 prosseguimos a implementação de elevados níveis de exigência e qualidade na gestão da CMM e na sua modernização, sempre com o sentido e a consequência da boa relação entre o cumprimento dos compromissos assumidos com os Cidadãos, a ambição de fazer mais e melhor, e a necessária sustentabilidade financeira dos investimentos e da gestão global da CMM.

A execução do ano de 2023 deu cumprimento ao Programa de Governação da CMM para o mandato autárquico 2021/2025, que teve como matriz o Programa de Candidatura da Aliança “Novos Tempos, Novas Soluções” sufragado pela maioria dos eleitores em 26 de setembro de 2021.



Contas com Saldo Positivo

O Relatório de Gestão e a Prestação de Contas da CMM 2023, assume a execução das atividades realizadas com base nas Grandes Opções do Plano (GOP) e no Orçamento de 2023, com uma execução financeira de 70,35 % no que respeita às GOP e de 82,57 % no que respeita ao Orçamento da despesa, num total de € 8.198.077,48 no orçamento da despesa. Respeitante ao Orçamento da receita em termos de valor cobrado líquido total € 8.566.064,84. O que resultou num saldo para a gerência seguinte no valor de € 367.987,36. O Município apresentou uma taxa de execução de do orçamento do orçamento da Receita de 86,27%, dando assim cumprimento ao estabelecido no artigo 56.º do REFALEI, tendo sido este um dos objetivos deste executivo para este ano em curso.

Registe-se ainda um resultado operacional positivo de € 264.670 €, e uma redução da dívida total em cerca de € 553.378, o que representa uma redução de cerca de 11,32 % face ao ano transato, fixando a dívida do Universo Municipal no valor global de € 4.888.190,86.

Esta evolução da capacidade de endividamento garante uma margem de € 3.910.736, ficando disponível cerca de € 1.564.294, nomeadamente para financiar investimento.

A CMM continuou a honrar todos os seus compromissos com fornecedores de bens e serviços, a prestar serviços públicos com bom nível, e a executar projetos e obras participadas e não participadas pelos Fundos Comunitários, no seu último ano de execução, mantendo o devido cumprimento da Lei dos Compromissos e dos pagamentos em atraso, desenvolvendo também trabalho de preparação da conquista de Fundos Comunitários do Portugal 2030 e de continuado trabalho para conquistar fundos do PRR e de outras fontes.

Ao nível da Comunidade Intermunicipal, a CMM trabalhou em equipa com os outros treze Municípios associados, no desenvolvimento da execução dos projetos de investimento em curso e/ou em fase projeto.

Trabalho com o Governo

Mantivemos um intenso trabalho de pressão e de equipa com o XXIII Governo Constitucional, procurando dar resposta a muitos assuntos pendentes com a Câmara Municipal de Mourão, designadamente o tema da ampliação do perímetro de rega e reforço a nível de segurança.

Em síntese

Na gestão da CMM em 2023 mantivemos uma determinada aposta na sua capacitação, com mais e melhor trabalho, cumprindo o compromisso assumido com os Cidadãos, gerindo com rigor, seriedade e transparência.

Pelo balanço muito positivo do ano de 2023, se faz aqui nota de agradecimento a Todos os que deram contributo, Funcionários, Empresas prestadoras de bens e serviços, Entidades Públicas e Privadas, Cidadãos.



1 Introdução

1.1 Nota Introdutória

Considerando a obrigatoriedade do órgão executivo apresentar, nos termos da alínea I) do nº.1 do art.º33, da Lei nº75/2013 de 12 setembro, os documentos de prestação de contas do Município à Assembleia Municipal para a sua apreciação e votação em conformidade com o disposto na alínea I) do nº.2 do art.º25 da Lei nº75/2013, de 12 de setembro, procedeu-se à elaboração do presente relatório, bem como do anexo às demonstrações financeiras que, para além de cumprir o estipulado pela Lei, irá analisar a execução da situação económica, financeira e patrimonial do Município de Mourão, bem como a execução do seu orçamento e do plano plurianual de investimentos ocorrido ao longo do ano económico de 2023.

Os Documentos de Prestação de Contas têm por base os seguintes normativos:

- A NCP 1 - Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras, a NCP 26 - Contabilidade e Relato Orçamental e o Modelo Único da Prestação de Contas da UNILEO (Unidade Implementação da Lei de Enquadramento Orçamental);
- O Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais (RFALEI), aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, alterada pela Lei n.º 29/2023, de 04 de julho;
- A publicação do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, e da nova Lei de Enquadramento Orçamental (LEO), aprovada pela Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro, abrem caminho à reforma da gestão pública;
- A Instrução n.º 1/2019 - Prestação de contas das entidades sujeitas à jurisdição e aos poderes de controlo do Tribunal de Contas (TC); e
- Resolução n.º 3/2023 de 12 de janeiro - Prestação de contas relativas ao ano de 2023 e gerências partidas de 2024.

A reforma da contabilidade e contas públicas surge no contexto da necessidade de revisão do modelo de gestão das finanças públicas, visando colmatar um conjunto de fragilidades do anterior modelo (comparabilidade europeia das contas publicas)

O novo SNC-AP visa promover a harmonização contabilística, fomentando o alinhamento entre a contabilidade pública e as contas nacionais, uniformizar procedimentos, melhorar a transparência das contas públicas, contribuir para a satisfação das necessidades dos utilizadores da informação e relato orçamental e financeiro das entidades públicas.

Iniciado o desafio em 2020, com a implementação de um novo normativo contabilístico, baseado no princípio do acréscimo e da substância sob a forma e com novos conceitos, como o de controlo de ativo, por exemplo., no 3º ano de implantação do novo normativo o Município de Mourão dá seguimento, apresentando os documentos de prestação de contas em conformidade com o novo sistema contabilístico.



Por força da aprovação (SNCAP), as entidades autárquicas passaram a adotar obrigatoriamente um novo enquadramento de contabilidade pública, o qual se materializou numa alteração das regras e normas de registo contabilístico.

De acordo com o previsto no ponto 11 do n.º 46 da NCP 26 (Contabilidade e Relato Orçamental) aprovada no referido decreto-lei, as demonstrações de relato a elaborar e a apresentar são a demonstração do desempenho orçamental, as demonstrações de execução orçamental (da receita e da despesa), a demonstração da execução do Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e os anexos às demonstrações orçamentais.

Também em conformidade com ponto 14 do n.º 6 da NCP 1 (Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras), as componentes das demonstrações financeiras devem incluir o balanço, a demonstração dos resultados por natureza, a demonstração das alterações no património líquido, a demonstração de fluxos de caixa, bem como um conjunto de anexos às referidas demonstrações financeiras compreendendo estes um resumo das políticas contabilísticas significativas e outras notas explicativas.

O presente relatório analisa os recursos humanos, situação orçamental e económico-financeira do Município no ano de 2023.

1.2 Estrutura política

A estrutura política assenta em dois órgãos representativos: a Câmara Municipal, com funções executiva, e a Assembleia Municipal, com funções de apreciação e fiscalização da atividade desenvolvida pela Câmara Municipal.

A Assembleia Municipal de Mourão é constituída por 18 membros, dos quais 15 são eleitos diretamente e 3 por inerência, por via do cargo de Presidente das três Juntas de Freguesia.

A Câmara Municipal é constituída por 5 membros, 1 Presidente e 4 Vereadores.

Presidente: João Filipe Cardoso Fernandes Fortes

Vice-Presidente: Maria Luísa Poupinha Ralo

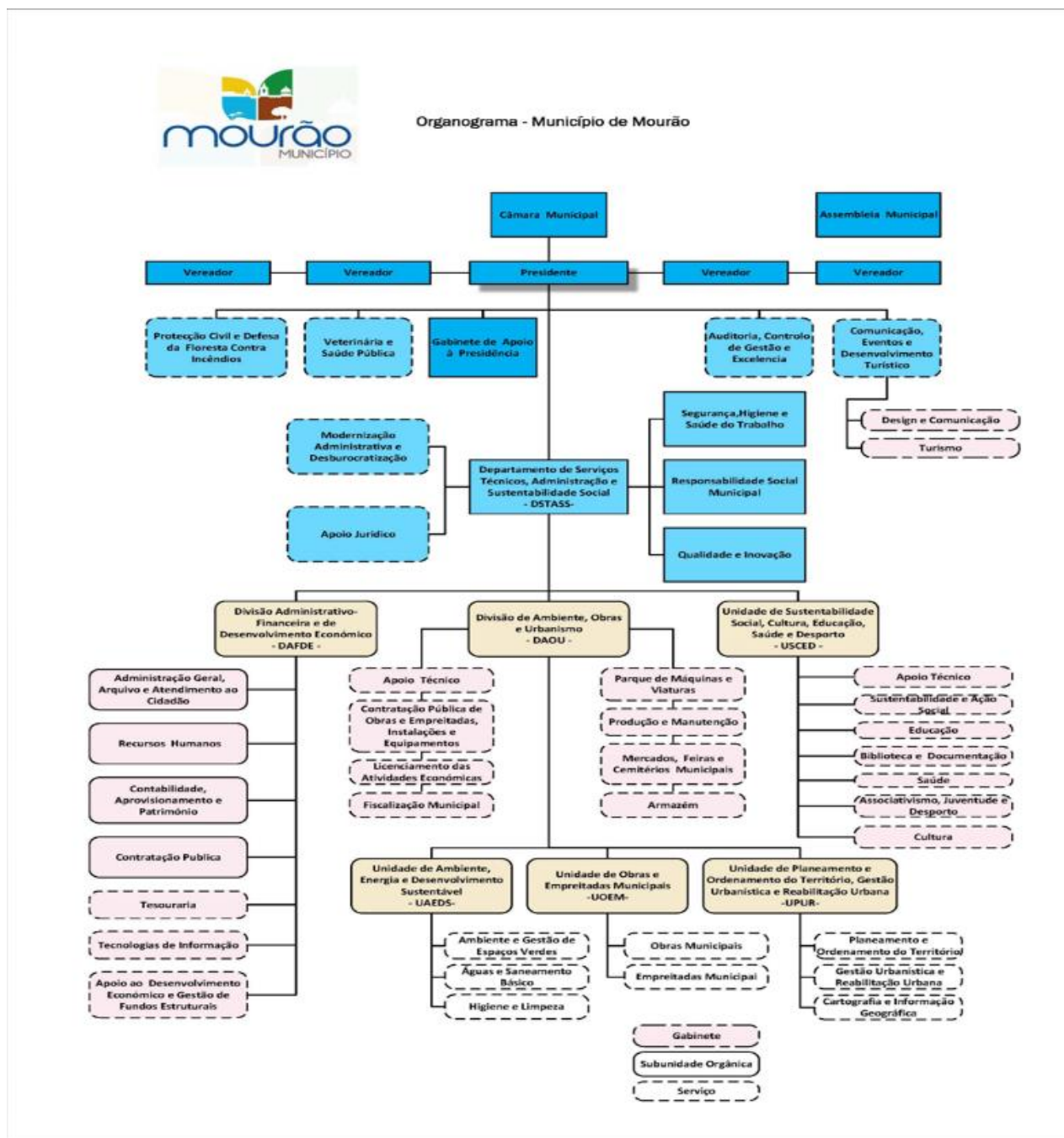
Vereador: Ana Filipa Ramalho Bibiu Farias

Vereador: Maria Clara Pimenta Pinto Martins Safara

Vereador: Manuel Francisco Godinho Carrilho

1.3 Estrutura Organizacional

No exercício de 2023, a estrutura orgânica do Município de Mourão encontrava-se definida nos termos de nos termos da Lei nº 49/2012, de 29 de agosto, aprovada em reunião de Câmara no dia 26 de setembro de 2022 e de Assembleia Municipal no dia 30 de setembro de 2022.



1.4 Recursos Humanos

O Município, aprovou em reunião de Câmara de 28 de novembro de 2022 e em sessão de Assembleia Municipal de 16 de dezembro de 2022, o mapa de pessoal para 2023.

No final de 2023, o número de trabalhadores ao serviço foi de 155 trabalhadores.



Quadro n.º 1 - N.º Trabalhadores por carreiras

Carreiras/Categorias	Homens	Mulheres	Total
Dirigentes/Intermédios	2	1	3
Técnico Superior	9	8	17
Assistente Técnico	12	18	30
Assistente Operacional	68	37	105

Quadro n.º 2 - N.º Trabalhadores por Escolaridade

Nível de Escolaridade	Dirigente		Técnico Superior		Assistente Técnico		Assistente Operacional		Total	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
4º ano							23	2	23	2
6º ano							21	8	21	8
9º ano						3	18	10	18	13
12º ano					12	14	6	17	18	31
Licenciatura	1	1	9	6		1			10	8
Mestrado	1			2					1	2
Total	2	1	9	8	12	18	68	37	91	64



Quadro n.º 3 - Absentismo

	Técnico Superior	Assistente Técnico	Assistente Operacional	Informática	Total
Casamento					0
Protecção na Parentalidade	91		124		215
Falecimento de Familiar	4	16	21		41
Doença	104,5	456	2709		3269,5
Por acidente em serviço ou doença profissional		21,5	201		222,5
Assistência a familiares	1	2	13		16
Trabalhador Estudante	3				3
Por conta do período de férias	33	76,5	70,5		180
Com perda de vencimento					0
Cumprimento de pena disciplinar		223	307		530
Greve			1		1
Injustificadas			9,5		9,5
Outros	1		14		15
Total	237,5	795	3470	0	4502,5

Quadro n.º 4 - Trabalhadores em situação de Mobilidade

Designação	Mobilidade Intercarreiras	Mobilidade Intercategorias	Mobilidade entre Órgãos
Encarregado Operacional		2	
Assistente Técnico	3		3
Técnico Superior	3		1
Total	6	2	4

As despesas com pessoal (ótica orçamental) ascenderam, durante o ano 2023, a € 344 0626,01, o que representa um acréscimo em relação a 2022 de € 372 134,60, mais 12,13%.

Ao longo do ano de 2023, a autarquia candidatou-se aos vários programas de apoio e incentivo ao emprego contando com 13 trabalhadores a exercer funções nos diversos serviços da autarquia.

1.4 Verificação dos Limites de Encargos com Pessoal para 2023

O Decreto – Lei n.º 35/2009 de 23 de Outubro, que estabelece o regime jurídico da organização dos serviços das Autarquias Locais, revogou o Decreto – Lei n.º 116/84, de 6 de Abril, o qual determinava que as despesas efetuadas com o pessoal do Quadro não poderiam ultrapassar 60% das receitas correntes do ano económico



anterior ao respetivo exercício, sendo que as despesas com pessoal em Qualquer Outra Situação, não poderiam ultrapassar 25% dos 60% supracitados, ou seja 15% das receitas correntes arrecadadas no ano anterior. Ainda que o referido diploma legal tenha sido revogado, importa aferir sobre quais os limites de encargos com o pessoal, e de acordo com instruções do Tribunal de Contas, não tendo sido publicado até à data diploma que defina nova forma de cálculo, é aplicado o previsto no Decreto-Lei nº 116/84, de 6 de abril.

Assim, conforme os quadros abaixo, quer as despesas com pessoal do Quadro quer com o pessoal em Qualquer Outra Situação, encontram-se dentro dos limites fixados. De salientar que o total dos encargos com pessoal do Município, em 2023, foi de € 2 849 814,45. De acordo com as instruções do SATAPOCAL, para o cálculo dos limites dos encargos com pessoal, apenas se revelam algumas classificações económicas.

Quadro n.º 5 - Limite de Encargos com o Pessoal do Quadro

Receitas Líquidas Correntes - 2022	Limite das Despesas com o Pessoal do Quadro para 2023	
5 922 223,21 €	60%	3 553 333,93 €

Quadro n.º 6 - Apuramento da Despesa para verificação do cumprimento do Limite

Classificação	Descrição	Despesa Paga €
01.01.04	Pessoal dos Quadros - Regime de Contrato Individual de Trabalho	1 549 179,19 €
01.01.08	Pessoal Aguardando Aposentação	0,00 €
01.01.13	Subsídio de Refeição - Pessoal dos Quadros	187 236,80 €
01.01.14	Subsídio de Férias e Natal - Pessoal dos Quadros	280 089,66 €
	TOTAL	2 016 505,65 €

Quadro n.º 7 - Limite de Encargos com Pessoal em Qualquer Outra Situação

60% das Receitas Correntes - 2022	Limite das Despesas com o Pessoal em Qualquer outra Situação para 2023	
3 553 333,93 €	25%	888 333,48 €



Quadro n.º 8 - Apuramento da Despesa para verificação do cumprimento do Limite

Classificação	Descrição	Despesa €
01.01.01	Pessoal Contratado a Termo	86 744,08 €
01.01.09	Pessoal em Regime de Tarefa ou Avença	166 000,20 €
01.01.13.01	Subsídio de Refeição - Pessoal em Qualquer Outra Situação	243 724,10 €
01.01.14.01	Subsídio de Férias e Natal - Pessoal em Qualquer Outra Situação	336 840,42 €
	TOTAL	833 308,80 €

1.5 Enquadramento Macroeconómico

O ano de 2023 foi marcado pela continuação da guerra Rússia-Ucrânia e pelo surgimento de um novo conflito no Médio Oriente, entre Israel e o Hamas, em outubro, resultando num aumento da incerteza no panorama geopolítico internacional com um elevado potencial de destabilização de maior impacto nos preços de energia e na confiança dos agentes económicos. A economia mundial (G20) desacelerou, com exceção dos EUA, China e Japão, tendo esta desaceleração sido particularmente acentuada na área do euro. A taxa de inflação abrandou na área do euro e nos EUA, refletindo os efeitos de uma política monetária restritiva.

A instabilidade política gerada no final do ano, originada pela demissão de António Costa, devido a negócios relacionados com o lítio e hidrogénio por membros do governo próximos do Primeiro Ministro. Face a isto, o Presidente da República, Marcelo Rebelo, decidiu dissolver a Assembleia da República e convocar, para 10 de março de 2024, novas eleições legislativas.

Em 2023, a inflação em Portugal esteve abaixo da verificada na área do euro. Na produção industrial os preços voltaram a registar quedas mais intensas em novembro e no mercado residencial os preços no terceiro trimestre continuavam a desacelerar. A contínua desaceleração dos preços dos produtos alimentares não transformados e da queda dos preços dos produtos energéticos, contribui fortemente para esta diminuição.

A atividade económica recuperou no quarto trimestre de 2023, crescendo 0,8% em cadeia após dois trimestres de estagnação. A recuperação foi mais notória no consumo privado — refletindo o impacto da redução da inflação sobre o poder de compra das famílias, a que se associou a robustez do emprego e o dinamismo dos salários e nas exportações, beneficiando da melhoria da procura externa e de ganhos de quota adicionais. Projeta-se um crescimento trimestral de 0,7% no início de 2024 — acima do anteriormente esperado, em linha com os indicadores de conjuntura disponíveis — e em torno de 0,6% no restante horizonte. Em 2024–26, a atividade beneficia dos efeitos da menor inflação, do impacto expansionista das medidas adotadas no OE–2024 e da aceleração prevista para a procura externa. Estes fatores suportam também uma evolução favorável do mercado de trabalho, projetando-se aumentos adicionais do emprego, após os máximos atingidos em 2023, e uma estabilização do desemprego. O crescimento económico reflete também o contributo da maior execução financeira esperada do PRR — que é condicionada pela aprovação das reformas estruturais que lhe estão associadas — e dos restantes fundos europeus. O impacto negativo da restritividade das condições



monetárias e financeiras sobre a atividade continuará a fazer-se sentir, mas com menor intensidade ao longo do horizonte de projeção.

Nos primeiros três trimestres de 2023, a economia portuguesa apresentou um desempenho favorável, mas em desaceleração, com uma variação homóloga do PIB, em termos reais, de 2,3%, a quarta mais elevada da área do euro. A evolução da procura interna refletiu a aceleração do consumo público e uma ligeira melhoria do investimento. O consumo privado, apesar de ter crescido, revelou uma trajetória de desaceleração face a 2022. Por seu lado, ao nível da procura externa líquida, as exportações e as importações prosseguiram uma trajetória de desaceleração. Em termos setoriais, os setores de transportes, atividades de informação e comunicação e de comércio, alojamento e restauração foram os que mais cresceram nos primeiros três trimestres. A atividade turística manteve-se robusta, mas também com alguns sinais de desaceleração.

A atividade económica recuperou no quarto trimestre de 2023, crescendo 0,8% em cadeia após dois trimestres de estagnação. A recuperação foi mais notória no consumo privado, refletindo o impacto da redução da inflação sobre o poder de compra das famílias, a que se associou a robustez do emprego e o dinamismo dos salários e nas exportações, beneficiando da melhoria da procura externa.

O crescimento económico reflete também o contributo da maior execução financeira esperada do PRR, que é condicionada pela aprovação das reformas estruturais que lhe estão associadas e dos restantes fundos europeus. O impacto negativo da restritividade das condições monetárias e financeiras sobre a atividade continuará a fazer-se sentir, mas com menor intensidade ao longo do horizonte de projeção.

Após crescer 2,2% em 2023, com uma evolução contida do crescimento em cadeia na segunda metade do ano, prevê-se que o PIB cresça 1,5% em termos reais em 2024. Em ambos os anos, o crescimento português situa-se acima da média da área do euro (0,7% e 1%, respetivamente, em 2023 e 2024, de acordo com as projeções do BCE), mantendo-se o processo de convergência verificado desde 2017 e apenas transitoriamente interrompido em 2020 com a pandemia.

Em suma, as medidas adotadas durante o ano 2023 refletem a influência das tensões geopolíticas (em particular as associadas à guerra na Ucrânia), da pressão sobre os preços da energia e da inflação na vida económica do país. O ano de 2023 foi ainda marcado por um conjunto de medidas relacionadas com a operacionalização do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), sendo de esperar a sua continuidade até 2026. Durante o ano de 2022, a secção de Políticas Nacionais do BTEP concedeu realce a um conjunto de medidas de política económica com impacto direto na atividade das empresas e na vida quotidiana das famílias.

2 Relato Orçamental

2.1 Orçamento

O Orçamento e Grandes Opções do Plano, preparados de acordo com os princípios da NCP 26, aprovado pelo órgão executivo em 28 de novembro de 2022 e pelo órgão deliberativo a 16 de dezembro de 2022, apresentava valores iniciais de receita e de despesa de € 11 036 625.

Sem prejuízo dos princípios orçamentais e das regras previsionais, para ocorrência de despesas não previstas ou insuficientemente dotadas, o orçamento pode ser objeto de alterações orçamentais. Estas podem ser modificativa ou permutativa, sendo que o aumento global da despesa prevista dá sempre lugar a alteração



orçamental modificativa (anterior revisão), salvo em casos excecionais previstos na lei (pontos 8.3.1.2. e 8.3.1.3. do POCAL), que se mantém em vigor em 2023.

Ao longo de 2023 foram realizadas no Orçamento da Receita 1 Alteração Permutativa e 4 Alterações Modificativas, que conduziram a um acréscimo global do orçamento para € 2 256 306,40. As alterações modificativas com mais impacto foram o reforço da rubrica “Transferência de Competências – Lei 50/2018”, no montante de € 1 223 341,00, a rubrica da Receita de Capital “Outras” em € 350 772,00 relativo ao Acordo de Mutação Dominial celebrado entre o Município e as Infraestruturas de Portugal e a incorporação do saldo da gerência do ano anterior, no montante de € 184 082,05.

Relativamente ao Orçamento da despesa o mesmo foi objeto de 20 alterações permutativas e 5 alterações modificativas.

A análise da Execução Orçamental, ao nível da receita e despesa, permite verificar quais os montantes efetivamente recebidos e pagos, comparando com os montantes estimados, em sede de Orçamento Municipal, de forma a apurar os respetivos desvios.

Também aqui serão evidenciadas quais as rubricas com maior peso no Orçamento, bem como a sua evolução ao longo dos últimos anos.

2.2 Receita Orçamental

No ano financeiro de 2023, a receita arrecadada pelo Município de Mourão, foi de € 8 556 064,84, onde se inclui o saldo de gerência transitado de 2022, no montante de € 184 082,05. Nota-se, assim, um decréscimo de 73,51% (- € 510 782,95) relativamente ao ano de 2022.

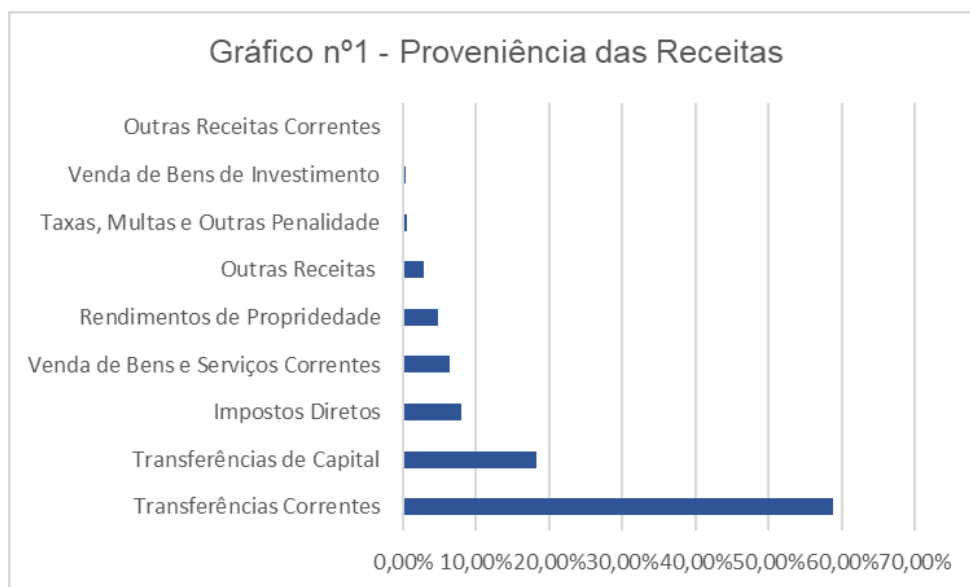
À semelhança do que tem vindo a suceder ao longo dos últimos anos, as rubricas da receita com maior significado estão representadas no do quadro seguinte, por ordem decrescente:

Quadro n.º 9 – Receitas mais relevantes

Rúbrica	2023	%	2022
Transferências Correntes	5 034 582,55	58,77%	4 572 379,94 €
Transferências de Capital	1 564 051,50	18,26%	624 977,37 €
Impostos Diretos	678 099,52	7,92%	479 291,50 €
Venda de Bens e Serviços Correntes	546 343,67	6,38%	561 433,06 €
Rendimentos de Propriedade	414 879,57	4,84%	237 244,22 €
Outras Receitas	237 546,01	2,77%	702 222,94 €
Taxas, Multas e Outras Penalidade	43 355,02	0,51%	53 988,20 €
Venda de Bens de Investimento	25 031,93	0,29%	27 440,00 €
Outras Receitas Correntes	22 175,07	0,26%	17 886,29 €
Total	8 566 064,84	100,00%	7 276 863,52 €



O gráfico seguinte representa a proveniência dos diferentes tipos de receita.



2.2.1 Receitas Correntes

O valor dos *Impostos Diretos* arrecadados pelo Município em 2023 foi de € 678 099,52, correspondendo a 10,06 % das receitas correntes e 7,92% do total da receita. Verificou-se um acréscimo de 74,87% no total dos Impostos Diretos (+ € 198 808,02) relativamente a 2022. Este acréscimo deveu-se essencialmente ao “*IMT- Imposto Municipal sobre Transações Onerosas de Imóveis*” com 58,89% (+ € 93 814,01), ao “*IMI- Imposto Municipal sobre Imóveis*” com 46,63% (+ € 112 417,16) e “*IUC- Imposto Único de Circulação*” com 7,82% (+ € 4 878,82). Em contrapartida a “*Derrama*” registou um decréscimo de 54,89% (- € 11 901,97).

A receita proveniente de *Taxas, Multas e Outras Penalidades* foi de € 43 355,02, que registou um decréscimo de 19,70% (- € 10 633,18), comparativamente a 2022. A contribuição desta receita é de 0,64% para as receitas correntes e de 0,51% para o total da receita. As rubricas que registaram uma variação negativa mais acentuada são: “*Outros*”, com um decréscimo de 16,14% (- € 4 244,13), “*Loteamentos e Obras*” com - 46,45%, (- € 9 568,26), “*Coimas e Penalidades por “Contraordenações”*” com - 70,80% (- € 1 848), “*Ocupação da Via Pública*” com - 31,13% (- € 369,77). Contrariamente as seguintes rubricas sofreram um acréscimo: “*Taxa Municipal de Direitos de Passagem*” de 2,08% (+ € 21,15), “*Juros de Mora*” de 133,63% (+ € 4 280,10), “*Juros Compensatórios*” com 113,48% (+ € 214,39) e “*Mercados e Feiras*” com 35,89% (+ € 12,15). Relativamente às rubricas, “*Caça e Pesca*”, “*Saneamento*”, “*Taxa de Depósito da Ficha Técnica de Habitação*”, “*Taxa pela emissão do Certificado de Registo*”, “*Taxa de Gestão de Resíduos*”, “*Publicidade*”, “*Utilização da Rede Viária Municipal*”, “*Cemitérios*” “*Multas e Coimas por infração ao Código da Estrada*” e “*Multas e Penalidades Diversas*” à semelhança dos anos anteriores continuaram a não apresentar registos contabilísticos.



A receita arrecadada pelos *Rendimentos de Propriedade*, que corresponde aos juros recebidos e às rendas patrimoniais, foi de € 414 879,57, registando um decréscimo de 66,17% (- € 177 635,35). A contribuição dos Rendimentos de Propriedade é de 6,16% para as receitas correntes e de 4,84% para o total da receita.

Em 2023 o Município recebeu € 5 034 582,55 de *Transferências Correntes*. Correspondendo € 3 441 960,00 ao “Fundo de Equilíbrio Financeiro”, € 71 843,00 ao “Fundo Social Municipal”, € 68 441,00 à “Participação Fixa no IRS”, € 43 716,89 à “Participação do IVA”, € 252 519,21 a “Outros”, € 27 339,95 à rubrica “Participação Comunitária em Projetos Comunitários” e € 1 128 762,50 à nova rúbrica “Transferência de Competências – Lei 50/2018”. Face a 2022 o total desta rúbrica, registou um acréscimo de 10,11% (+ € 462 202,61). No que concerne à “Administração Central - Estado” a variação foi a seguinte: “Outros” com -70,35% (- € 599 110), no que corresponde à rúbrica “Participação Comunitárias em Projetos-Cofinanciados) a mesma também apresentou uma variação negativa de 43,68% (- € 21 200,48), resultante da comparticipação Financeira dos seguintes projetos: “Fruta Escolar”, Programa de estágios Profissionais –PEPAL” e Programa Cultural “Fora de Cena”; relativamente ao “Fundo de Equilíbrio Financeiro”, cujo valor ascendeu a € 3 441 960,00 registou uma variação negativa de 1,99% (- € 69 843,00); contrariamente com variações positivas registaram-se as rúbricas “Participação do IVA” com uma alteração de 44,69% (-€ 13 502,58), “Fundo Social Municipal”, com 6,78% (+ € 4 561) e “Participação Fixa – IRS” com 8,79% (+ € 5 530,00). A contribuição desta receita é de 74,70% para as receitas correntes e 58,77% para o total da receita.

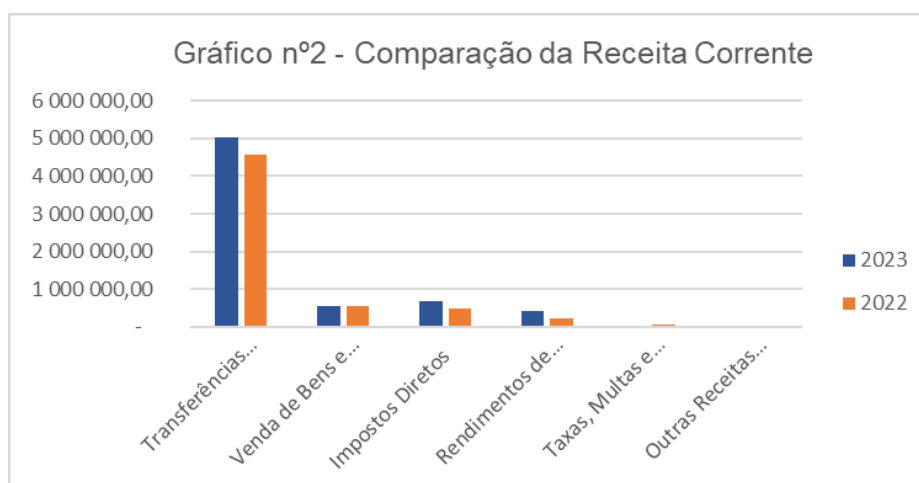
A *Venda de Bens* foi, em 2023, de € 137 912,22, registando uma diminuição de 11,84% (- € 18 521,81), relativamente a 2022. Esta diminuição corresponde às rúbricas “Produtos Acabados e Intermédios” e “Desperdícios, Resíduos e Refugos”, sendo o valor da venda de água de € 136 912,22, que registou um decréscimo de 6,95% (- € 10 221,81). O peso da Venda de Bens nas receitas correntes é de 2,05% e de 1,61% nas receitas totais.

A *Venda de Serviços* apresentou um valor de € 392 367,08, representando um acréscimo de 0,64% (- € 2 543,67) face a 2022. Nos rendimentos gerados pelos serviços prestados assumem maior relevo as atividades reguladas de saneamento, resíduos e componente fixa de água que, no conjunto correspondem a 60,68% da receita de serviços. Comparativamente com 2022 estas atividades registaram uma diminuição de 3,96%.

A receita proveniente da rubrica *Rendas e Aluguers* foi de € 16 064,37, registando um acréscimo de 59,24% (+ € 5 976,09), comparativamente ao ano anterior.

A rubrica *Outras Receitas Correntes*, no ano de 2023, registou um valor de € 22 175,07, o que comparativamente ao ano anterior, corresponde a um aumento de 23,98% (+ € 4 228,78).

Relativamente às Receitas Correntes, comparando o período em análise com o período homólogo do ano anterior, verifica-se um decréscimo de cerca de 7,39%, (- € 537 428,12) representado no seguinte gráfico:



O valor do acréscimo das receitas correntes consta no quadro seguinte, tendo sido mais acentuado ao nível dos “Rendimentos de Propriedade” e “Impostos Diretos”, na sob rubrica “Imposto Municipal sobre Transações Onerosas de Imóveis”.

Quadro n.º 10 – Variação da receita corrente

Rúbrica	Δ 23/22
Impostos diretos	41,48%
Taxas, multas e outras penalidades	-19,70%
Rendimentos de propriedade	74,87%
Transferências correntes	10,11%
Venda de bens e serviços correntes	-2,69%
Outras receitas correntes	23,98%

2.2.2 - Receitas de Capital

Quadro n.º 11 - Variação da receita de capital

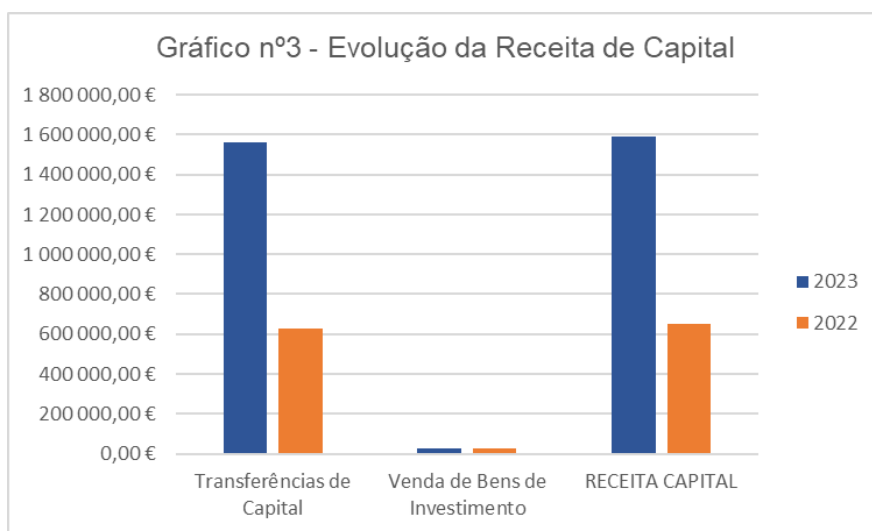
Rúbrica	Δ 23/22
Receita capital	143,6%
Venda de bens de investimento	-8,8%
Transferências de Capital	150,3%

Em 2023 as receitas de capital, registaram um acréscimo de 143,6%, passando o seu valor de € 652 417,37 para € 1 589 083,43. A diferença mais significativa verificou-se na “Participação Comunitária em Projetos-Cofinanciados” que registou um aumento de 465,51% (+ € 600 808,13).



No que concerne à rubrica “Passivos Financeiros”, em 2023, não foram contraídos empréstimos de Médio e Longo Prazo.

O gráfico seguinte representa a evolução das Receitas de Capital, nos últimos 2 anos.



2.2.3 Outras Receitas

Em 2023 a rubrica “Outras Receitas”, designadamente, “Saldo da Gerência Anterior” no valor de € 184 082,05, foi incorporado na gerência em vigor através da Revisão Orçamental aprovada pela Assembleia Municipal realizada em 28/02/2023, cujo valor foi utilizado integralmente para reforço das receitas correntes, relevando, assim este valor para efeitos do equilíbrio orçamental nos termos do nº 5 do artigo 40.º do REFALEI.

2.2.4 Equilíbrio Corrente

Quadro n.º 12 – Equilíbrio corrente

Equilíbrio corrente	2023
Receitas brutas correntes	7 696 905,71 €
Saldo da Gerência anterior afeto a receitas correntes	184 082,05 €
Soma	7 880 987,76 €
Despesas correntes	6 593 529,20 €
Amortizações médias dos Empréstimos	472 961,23 €
Soma	7 066 490,43 €
Excedente	814 497,33 €



Temos que as receitas correntes em 2023, conseguiram cobrir as despesas correntes acrescidas da amortização média dos empréstimos. Este excedente foi ainda reforçado com a afetação do saldo de gerência ao reforço das despesas correntes, pelo que o excedente final se situou em 814 497,33 euros.

O Princípio do Equilíbrio Orçamental encontra-se preconizado no artigo 40.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro – Regime Financeiro das Autarquias Locais.

1 - “Os Orçamentos das Entidades do Sector Local preveem as receitas necessárias para cobrir todas as despesas”

2 – “Sem prejuízo do disposto no número anterior, a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo”.

5 - Sem prejuízo dos n.ºs 1 e 2, para efeitos do disposto no presente artigo, e quanto às autarquias locais e entidades intermunicipais, no momento da revisão orçamental para integração do saldo da gerência anterior, este último releva na proporção da despesa corrente que visa financiar ou da receita que visa substituir.

Deste modo verificamos que foi dado cumprimento a esta disposição legal.

2.2.5 Receita – Desvios

Quadro n.º 13 – Taxa de Execução

Rubrica	Designação	Previsões Corrigidas	Rec Cobrada Líquida
R1	Receita Fiscal	709 523,74 €	678 099,52 €
R3	Taxas, multas e outras penalidades	43 478,87 €	43 355,02 €
R4	Rendimento de propriedade	376 285,31 €	414 879,57 €
R5	Transferências e subsídios correntes	5 446 362,00 €	5 034 582,55 €
R6	Venda de bens e serviços	532 538,58 €	546 343,67 €
R7	Outras receitas correntes	684 679,50 €	22 175,07 €
R8	Venda de bens de investimento	2 842,00 €	25 031,93 €
R9	Transferência e subsídios de capital	1 927 209,95 €	1 564 051,50 €
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	22 072,00 €	53 463,96 €
R14	Saldo da Gerência Anterior - Operações Orçamentais	184 082,05 €	184 082,05 €
	Soma	9 929 074,00 €	8 566 064,84 €
	Taxa de Execução		86,27%

O grau de execução do orçamento situou-se em 86,27%, dando assim cumprimento ao mínimo estabelecido de 85% definido no artigo 56.º do REFALEI.



2.2.6 Evolução da Receita

Quadro n. 14 – Desempenho orçamental da Receita

RUBRICA	RECEBIMENTOS / PAGAMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO (n)					2022	
		R P	R G	U E	EMPR	F. ALHEIOS		TOTAL
RA01	Saldo de gerência anterior	45 401,68 €		138 514,42 €	165,95 €	20 097,77 €	204 179,82 €	713 216,31 €
RI01	Operações orçamentais [1]	45 401,68 €		138 514,42 €	165,95 €		184 082,05 €	694 865,64 €
RI03	Operações de tesouraria [A]					20 097,77 €	20 097,77 €	18 350,67 €
RA02	Receita corrente	6 712 095,45 €		27 339,95 €			6 739 435,40 €	5 922 223,21 €
R1	Receita fiscal	678 099,52 €		0,00 €			678 099,52 €	479 291,50 €
R1.1	Impostos diretos	678 099,52 €					678 099,52 €	479 291,50 €
R3	Taxas, multas e outras penalidades	43 355,02 €					43 355,02 €	53 988,20 €
R4	Rendimentos de propriedade	414 879,57 €					414 879,57 €	237 244,22 €
R5	Transferências e subsídios correntes	5 007 242,60 €		27 339,95 €			5 034 582,55 €	4 572 379,94 €
R5.1	Transferências correntes	5 007 242,60 €		27 339,95 €			5 034 582,55 €	4 572 379,94 €
R5.1.1	Administrações Públicas	5 007 242,60 €		27 339,95 €			5 034 582,55 €	4 572 379,94 €
R5.1.1.1	Administração Central - Estado	5 007 242,60 €		27 339,95 €			5 034 582,55 €	4 572 379,94 €
R6	Venda de bens e serviços	546 343,67 €					546 343,67 €	561 433,06 €
R7	Outras receitas correntes	22 175,07 €					22 175,07 €	17 886,00 €
RA03	Receita de capital	859 211,93 €		729 871,50 €			1 589 083,43 €	975 911,68 €
R8	Venda de bens de investimento	25 031,93 €					25 031,93 €	27 440,00 €
R9	Transferências e subsídios de capital	834 180,00 €		729 871,50 €			1 564 051,50 €	624 977,37 €
R9.1	Transferências de capital	834 180,00 €		729 871,50 €			1 564 051,50 €	624 977,37 €
R9.1.1	Administrações Públicas	829 180,00 €		729 871,50 €			1 559 051,50 €	624 977,37 €
R9.1.1.1	Administração Central - Estado	829 180,00 €		729 871,50 €			1 559 051,50 €	624 977,37 €
R9.1.3	Outras	5 000,00 €					5 000,00 €	
RA04	Receita efetiva [2]	7 624 771,34 €		757 211,45 €			8 381 982,79 €	6 581 997,88 €
R11	Reposições não abatidas aos	53 463,96 €					53 463,96 €	7 357,30 €
RA06	Soma [4]=[1]+[2]+[3]	7 670 173,02 €		895 725,87 €	165,95 €		8 566 064,84 €	7 276 863,52 €
ROT1	Operações de tesouraria [B]					1 942,98 €	1 942,98 €	2 540,44 €

Em termos globais a receita efetiva atingiu 8 566 064,84 €, correspondendo a um acréscimo de 15,6% face a 2022. O quadro acima evidencia a evolução das diferentes rubricas.

2.3 Despesa Orçamental

Relativamente à componente Despesa, esta registou um montante global de € 8 198 077,48, repartido da seguinte forma:

→ Despesa Corrente: € 6 593 529,20

→ Despesa de Capital: € 1 604 548,28

As despesas correntes registaram em 2023 um crescimento de 14,29% (+ € 824 427,10), relativamente ao ano de 2022. Em sentido inverso a despesa de capital registou um decréscimo de 25,6% (-€ 455.771).

Relativamente ao valor de obrigações por pagar o valor situou-se em € 96 945,71 e os compromissos que transitaram ascendem a € 279 871,00.

No total da despesa, constata-se que são as despesas com “Pessoal”, € 3 440 626,01, a componente com maior peso, ou seja, representa 41,97% da despesa corrente.



Quadro n.º 15 – Execução da Despesa

Rubrica	Designação	Dotações corrigidas	Desp Paga	Peso
D1	Despesas com o pessoal	3 536 010,00 €	3 440 626,01 €	41,97%
D2	Aquisição de bens e serviços	2 760 566,00 €	2 311 983,70 €	28,20%
D3	Juros e outros encargos	272 440,00 €	197 358,74 €	2,41%
D4	Transferências e subsídios correntes	649 095,00 €	569 882,64 €	6,95%
D5	Outras despesas correntes	91 150,00 €	73 678,11 €	0,90%
D6	Aquisição de bens de capital	1 832 968,00 €	1 074 349,27 €	13,10%
D7	Transferências e subsídios de capital	270 145,00 €	69 398,76 €	0,85%
D10	Despesa com passivos financeiros	516 700,00 €	460 800,25 €	5,62%
	Despesa Corrente	7 309 261,00 €	6 593 529,20 €	80,43%
	Despesa Capital	2 619 813,00 €	1 604 548,28 €	19,57%
	Total da Despesa	9 929 074,00 €	8 198 077,48 €	100,00%

2.3.1 Despesas Correntes

Nas despesas com Pessoal estão incluídas as remunerações dos órgãos autárquicos e dos funcionários municipais. Estão ainda incluídos todos os encargos relacionados com suplementos remuneratórios e os encargos inerentes à Segurança Social. Relativamente a esta área é conveniente salientar que os gastos com o pessoal, na Autarquia de Mourão como em qualquer outra organização, têm um peso importante pois constitui uma das despesas necessárias ao funcionamento da mesma e ao desempenho da sua atividade. Apresentaram em 2023, um valor de € 3 440 626,01, registando um acréscimo de 12,13% (+ € 372 134,60), face aos valores apresentados em 2022.

A despesa com a Aquisição de Bens e Serviços foi de € 2 311 983,70, mais 16,05% que em 2022. Esta variação foi fortemente influenciada pela inflação registada durante o ano de 2023.

As rubricas com variações mais significativas e com maior peso no conjunto dos bens e serviços foram:

Despesa paga em gasóleo	79 290,91€	Diminuição	-15,83%
Despesa paga em alimentação	35 001,41€	Crescimento	19,00%
Despesa paga em vestuário	14 217,22€	Crescimento	31,20%
Despesa paga de água	298 951,53€	Crescimento	7,26%



Despesa paga de encargos instalações	151 419,43€	Crescimento	56,61%
Despesa paga de conservação de bens	77 119,85€	Crescimento	71,38%
Despesa paga de transportes	68 957,62€	Crescimento	11,44%
Despesa paga de estudos e consultadoria	62 625,45€	Crescimento	42,32%

Em 2023 os Juros e Outros Encargos registaram um valor de € 197 358,74, contra € 108 835,16 em 2022. Esta rubrica, agrega os “Juros de empréstimos de médio longo prazo”, cujo total ascendeu a € 174 372,28 contra € 86 542,78 em 2022 e “Outros Juros,” cujo valor ascendeu a € 21 690. Estes juros devem-se essencialmente à faturação emitida pela Empresa “Águas de Lisboa e Vale do Tejo S.A” relativamente à sob rubrica “Outros Encargos Correntes da Dívida Pública”, decorrentes do acordo de pagamento em execução.

As Transferências Correntes, em 2023, ascenderam a € 569 882,64 contra € 519 425,48, em 2022.

A Transferências Correntes para as freguesias cresceu 41,40%, situando-se em € 75 967,20 enquanto o valor de comparticipação para a CIMAC registou € 144 454,52, menos 11,37%. O apoio às famílias atingiu € 110 033, menos 15,98% que em 2022.

2.3.2 Despesas de Capital

As despesas de Capital, em 2023, ascenderam a €1 604 548,28, mais € 280 868,80 do que registado em 2022.

A despesa efetuada com a Aquisição de bens de capital, foi de € 1 074 349,27 contra € 812 034,21 em 2022.

Do investimento o valor mais significativo centrou-se na recuperação do Cineteatro Municipal.

Nas transferências de capital o valor mais significativo corresponde ao investimento na eficiência energética.

Relativamente aos Passivos Financeiros, em 2023, a dívida foi amortizada em € 460 800,25.

De referir que 73,69% da amortização de empréstimos corresponde à redução da dívida do reequilíbrio financeiro (PAEL e Saneamento) e acordo de regularização com as águas.



Quadro n.º 16 – Evolução da Despesa

DA01	Despesa corrente	6 593 344,30 €		184,90 €		6 593 529,20 €	5 769 102,06 €
D1	Despesas com o pessoal	3 440 626,01 €				3 440 626,01 €	3 068 491,45 €
D1.1	Remunerações Certas e	2 617 150,12 €				2 617 150,12 €	2 334 959,09 €
D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	115 656,38 €				115 656,38 €	101 906,28 €
D1.3	Segurança social	707 819,51 €				707 819,51 €	631 626,08 €
D2	Aquisição de bens e serviços	2 311 798,80 €		184,90 €		2 311 983,70 €	1 992 250,92 €
D3	Juros e outros encargos	197 358,74 €				197 358,74 €	108 835,16 €
D4	Transferências e subsídios correntes	569 882,64 €				569 882,64 €	519 425,48 €
D4.1	Transferências correntes	569 882,64 €				569 882,64 €	519 425,48 €
D4.1.1	Administrações Públicas	286 231,68 €				286 231,68 €	271 694,74 €
D4.1.1.1	Administração Central - Estado	65 809,96 €				65 809,96 €	54 986,03 €
D4.1.1.5	Administração Local	220 421,72 €				220 421,72 €	216 708,71 €
D4.1.2	Entidades do Setor Não Lucrativo	190 700,77 €				190 700,77 €	137 096,94 €
D4.1.3	Famílias	92 950,19 €				92 950,19 €	110 633,80 €
D4.1.4	Outras					0,00 €	0,00 €
D5	Outras despesas correntes	73 678,11 €				73 678,11 €	80 099,05 €
DA02	Despesa de capital	377 502,56 €	0,00 €	766 245,47 €		1 143 748,03 €	846 242,28 €
D6	Aquisição de bens de capital	308 103,80 €		766 245,47 €		1 074 349,27 €	812 034,21 €
D7	Transferências e subsídios de capital	69 398,76 €				69 398,76 €	34 208,07 €
D7.1	Transferências de capital	69 398,76 €				69 398,76 €	34 208,07 €
D7.1.1	Administrações Públicas	21 775,83 €				21 775,83 €	24 208,07 €
D7.1.1.5	Administração Local	21 775,83 €				21 775,83 €	24 208,07 €
D7.1.2	Entidades do Setor não Lucrativo	47 622,93 €				47 622,93 €	10 000,00 €
DA03	Despesa efetiva [5]	6 970 846,86 €		766 245,47 €	184,90 €	7 737 277,23 €	6 615 344,34 €
DA04	Despesa não efetiva [6]	399 175,63 €		61 624,62 €		460 800,25 €	477 437,13 €
D10	Despesa com passivos financeiros	399 175,63 €		61 624,62 €		460 800,25 €	477 437,13 €
DA05	Soma [7]=[5]+[6]	7 370 022,49 €		827 870,09 €	184,90 €	8 198 077,48 €	7 092 781,47 €
DOT1	Operações de tesouraria [C]				2 402,64 €	2 402,64 €	793,34 €
DA06	Saldo para a gerência seguinte	300 150,53 €		67 855,78 €	-18,95 €	19 638,11 €	387 625,47 €
DA07	Operações orçamentais [8] =	300 150,53 €		67 855,78 €	-18,95 €		367 987,36 €
DA08	Operações de tesouraria					19 638,11 €	20 097,77 €
DA09	Saldo global [2] - [5]	653 924,48 €		-9 034,02 €	-184,90 €		644 705,56 €
DA10	Despesa primária	6 773 488,12 €		766 245,47 €	184,90 €	7 539 918,49 €	6 506 509,18 €
DA11	Saldo corrente	118 751,15 €		27 339,95 €	-184,90 €	145 906,20 €	153 121,15 €
DA12	Saldo de capital	481 709,37 €		-36 373,97 €		445 335,40 €	-193 824,91 €
DA13	Saldo primário	851 283,22 €		-9 034,02 €	-184,90 €	842 064,30 €	75 488,70 €
DA14	Receita total [1] + [2] + [3]	7 670 173,02 €		895 725,87 €	165,95 €	8 566 064,84 €	7 276 863,52 €
DA15	Despesa total [5] + [6]	7 370 022,49 €		827 870,09 €	184,90 €	8 198 077,48 €	7 092 781,47 €

O município mantém os saldos primário e de capital positivos, o que significa que existe investimento financiado por receitas correntes.



2.3.3 Despesa – Desvios

Quadro n.º 17- Execução da Despesa

Rubrica	Designação	Dotações corrigidas	Desp Paga	Grau Exec
D1	Despesas com o pessoal	3 536 010,00 €	3 440 626,01 €	97,30%
D2	Aquisição de bens e serviços	2 760 566,00 €	2 311 983,70 €	83,75%
D3	Juros e outros encargos	272 440,00 €	197 358,74 €	72,44%
D4	Transferências e subsídios correntes	649 095,00 €	569 882,64 €	87,80%
D5	Outras despesas correntes	91 150,00 €	73 678,11 €	80,83%
D6	Aquisição de bens de capital	4 174 830,00 €	812 034,21 €	19,45%
D7	Transferências e subsídios de capital	270 145,00 €	69 398,76 €	25,69%
D10	Despesa com passivos financeiros	516 700,00 €	460 800,25 €	89,18%
	Despesa Corrente	7 309 261,00 €	6 593 529,20 €	90,21%
	Despesa Capital	2 619 813,00 €	1 604 548,28 €	61,25%
	Total da Despesa	9 929 074,00 €	8 198 077,48 €	82,57%

A execução da despesa corrente atingiu os 90,21%, enquanto a despesa de capital ficou pelos 61,25%, totalizando 82,57% de execução global.

2.4 Compromissos / Fundos disponíveis

Nos termos da alínea a), do artigo 3.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro – Lei dos compromissos e dos Pagamentos em atraso (LCPA), consideram-se “Compromissos” para efeitos da referida Lei as obrigações de efetuar pagamentos a terceiros em contrapartida do fornecimento de bens e serviços ou da satisfação de outras condições.

“Fundos Disponíveis”, de acordo com a alínea f) do artigo 3.º da LCPA e artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, são verbas disponíveis a muito curto prazo que incluem, quando aplicável, e desde que não tenham sido comprometidos ou gastos incluindo no caso da administração local: 1) as transferências ou



subsídios com origem no Orçamento de Estado, relativos aos 6 meses seguintes; 2) a receita efetiva própria que tenha sido cobrada ou recebida como adiantamento; 3) a receita efetiva própria a cobrar nos 6 meses seguintes; 4) o produto de empréstimos contraídos nos termos da Lei; 5) as transferências ainda não efetuadas decorrentes de programas e projetos do Quadro de referência Estratégico Nacional (QREN) e de outros programas estruturais, cujas faturas se encontrem liquidadas e devidamente certificadas ou validadas; 6) outros montantes autorizados pela Câmara Municipal, nos termos do artigo 4.º da LCPA.

Em conformidade com o disposto no artigo 5.º da LCPA e do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, os compromissos só podem ser assumidos até ao montante dos fundos disponíveis e desde que seja verificada a conformidade legal e a regularidade financeira da despesa, seja emitido um número sequencial e válido de compromisso e registado no sistema informático de apoio à execução orçamental.

Conforme se pode aferir dos quadros abaixo o município dispôs de uma margem confortável de fundos disponíveis para assumir todos os seus compromissos.

Quadro n.º 18 - Compromissos e obrigações futuras

Compromissos	Compromissos a Transitar	Compromissos Futuros				Seguintes
		n+1	n+2	n+3	n+4	
8 574 804,19 €	279 871,00 €	10 051 657,63 €	1 042 487,93 €	682 672,37 €	488 060,64 €	3 110 419,45 €

Obrigações	Obrigações a Transitar	Obrigações Futuros				Seguintes
		n+1	n+2	n+3	n+4	
8 295 023,19 €	96 945,71 €	635 147,05 €	628 894,81 €	591 024,78 €	585 002,91 €	2 899 703,71 €

O grau de execução dos compromissos assumidos situou-se nos 95,61% e das obrigações assumidas 98,83% foram pagas. Relativamente a exercícios futuros verifica-se que grande parte do valor dos compromissos e obrigações decorre da dívida de médio e longo prazo, sem que este constitua um obstáculo ao futuro.

O quadro seguinte, apresenta-se a evolução dos Fundos Disponíveis durante o ano de 2023, evidenciando que o município sempre dispôs de verbas relativamente altas para fazer face a todos os seus compromissos ao longo do ano em análise.



Quadro n.º 19 - Fundos Disponíveis

Fundos Disponíveis		
Meses	início	fim
janeiro	5 041 850,26 €	1 961 136,15 €
fevereiro	2 504 187,30 €	2 186 885,23 €
março	889 509,26 €	510 534,41 €
abril	3 151 934,78 €	3 066 605,92 €
maio	3 762 589,47 €	3 592 968,82 €
junho	4 074 982,94 €	3 915 433,04 €
julho	4 490 294,72 €	3 546 808,58 €
agosto	4 694 246,33 €	4 554 542,38 €
setembro	4 897 495,45 €	4 662 376,53 €
outubro	6 720 190,81 €	6 528 129,95 €
novembro	3 900 554,02 €	3 761 071,56 €
dezembro	4 336 486,41 €	4 473 164,23 €

2.5 Execução das Grandes Opções do Plano

Quadro n.º 20 - Execução das GOP's

FUNÇÃO	Previsto	Pago	% Execução 2023
Funcões Gerais	376 540,00	190 810,78	51%
Funcões Sociais	2 035 315,00	1 406 819,63	69%
Funcões Económicas	252 779,00	172 535,51	68%
Outras Funcões	1 144 595,00	910 592,50	80%
Total	3 809 229,00	2 680 758,42	70,38%

O documento das Grandes Opções do Plano (GOP), encontra-se organizado por objetivos, programas, projetos e ações. Engloba o Plano Plurianual de Investimentos (PPI), que espelha as intenções de investimento físico e as Plano Atividades Municipais (PAM), onde estão retratadas as transferências para despesas corrente, bem como outras atividades relevantes. Da análise ao mapa da Execução Anual das GOP – Grandes Opções do Plano – interessa verificar, em sede de execução, o peso de cada uma das funções no montante global executado no ano. O respetivo documento, previa para o ano financeiro de 2023, uma dotação total definida no montante de € 3 809 229, obtendo uma execução financeira anual de 70,38%, registando um acréscimo na execução na ordem dos 27,98% (+ € 586 008,18).

O Plano de Atividades Municipais (PAM) é apresentado para um período de quatro anos e inclui todas as atividades a realizar no âmbito dos objetivos estabelecidos pela Autarquia. Na gerência de 2023, obteve uma execução financeira anual de 91,08%, relativamente ao montante previsto. As *Funcões Gerais*, apresentam



uma execução de 97,35%, as *Funções Sociais* 90,07% as *Funções Económicas* 94,23%, relativamente às *Outras Funções* a execução foi de 90,67%.

No que concerne ao Plano Plurianual de Investimentos (PPI) é apresentado para um período de quatro anos e inclui todos os projetos de investimento a realizar no âmbito dos objetivos estabelecidos pela Autarquia. Constitui um elemento primordial e estruturante das políticas macroeconómicas e onde são definidas e enquadradas as linhas estratégicas da gestão municipal. No ano de 2023, obteve uma execução financeira anual de 54,92%, relativamente ao previsto. As *Funções Gerais*, apresentam uma execução de 32%, as *Funções Sociais* 62,25%, as *Funções Económicas* 58,57% e relativamente às *Outras Funções* a execução foi de 25,50%.

De uma forma geral, a não execução de alguns projetos previstos, deveu-se à falta de financiamento para a execução dos mesmos e/ou à não integração nos projetos considerados mais prioritários pelo executivo municipal, tendo em conta o contexto de contenção e respetivo programa de redução de custos que obriga à fixação de vários níveis de prioridade, de modo a garantir a execução dos projetos e atividades mais relevantes, sem agravar a situação financeira da Autarquia.

Os quadros que se seguem, ilustram o grau de execução das atividades previstas em PAM e PPI para 2023, cuja leitura permite obter uma noção clara, relativamente ao grau de execução dos projetos previstos pelo executivo.



Quadro n.º 21 – Plano de Atividades Municipais - Execução Anual

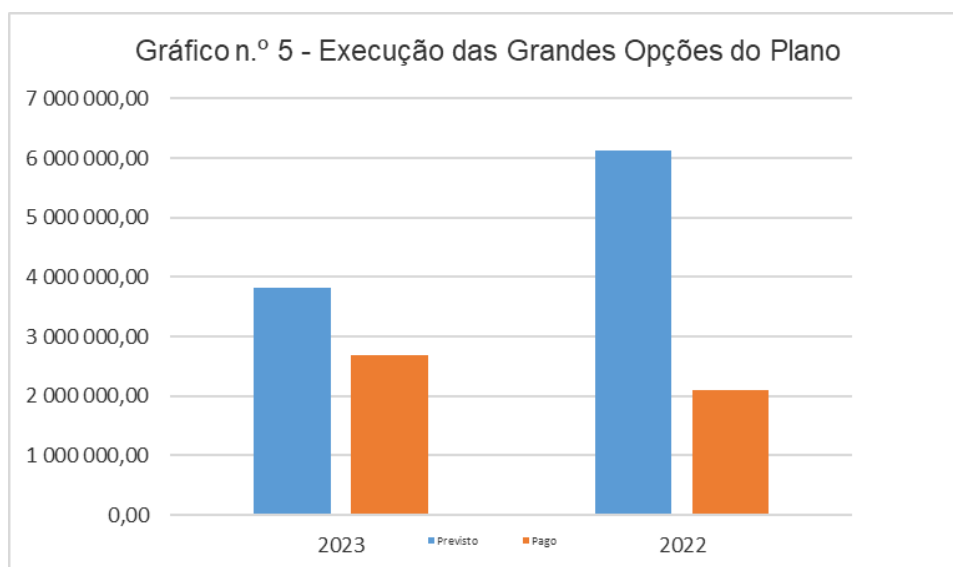
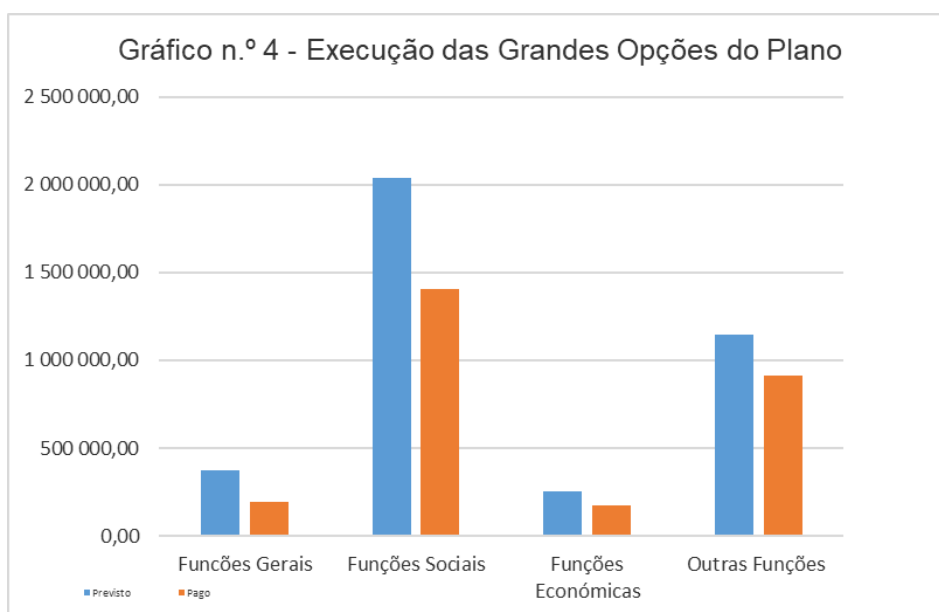
FUNÇÃO	Previsto	Pago	% Execução 2023	% Execução 2022
Funções Gerais				
Objetivos:				
Segurança e Ordem Públicas	107 600,00	104 750,64	97%	94,00%
Sub Total	107 600,00	104 750,64	97,35%	94,15%
Funções Sociais				
Objetivos:				
Educação	184 405,00	161 452,64	87,55%	56,92%
Saúde	37 975,00	26 632,68	70,13%	0,00%
Acção Social	86 256,00	77 524,76	89,88%	60,58%
Habituação e Serviços Coletivos	0,00	0,00	0,00%	84,95%
Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	193 980,00	187 085,01	96,45%	66,40%
Sub Total	502 616,00	452 695,09	90,07%	64,44%
Funções Económicas				
Objetivos:				
Comércio e Turismo	66 650,00	64 041,13	96,09%	64,93%
Outras Funções Económicas	2 000,00	650,00	32,50%	0,00%
Sub Total	68 650,00	64 691,13	94,23%	60,17%
Outras Funções				
Objetivos:				
Operações da Dívida Autárquica	698 940,00	636 468,88	91,06%	99,14%
Transferências entre Administrações	223 480,00	198 934,79	89,02%	64,83%
Diversas não Especificadas	26 980,00	25 415,65	94,20%	44,99%
Sub Total	949 400,00	860 819,32	90,67%	85,20%
TOTAL GERAL	1 628 266,00	1 482 956,18	91,08%	78,80%



Quadro n.º 22 - Plano Plurianual de Investimentos - Execução Anual

FUNÇÃO	Previsto	Pago	% Execução 2023	% Execução 2022
Funções Gerais				
Objetivos:				
Serviços Gerais de Administração Pública	170 090,00	40 375,46	23,74%	10,01%
Segurança e Ordem Públicas	98 850,00	45 684,68	46,22%	7,26%
Sub Total	268 940,00	86 060,14	32,00%	9,83%
Funções Sociais				
Objetivos:				
Educação	67 950,00	23 375,95	34,40%	73,76%
Saúde	208 939,00	1 168,50	0,56%	0,00%
Segurança e Acção Social	52 400,00	41 867,69	79,90%	0,80%
Habituação e Serviços Coletivos	199 650,00	73 800,00	36,96%	7,33%
Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	1 003 760,00	813 912,40	81,09%	8,37%
Sub Total	1 532 699,00	954 124,54	62,25%	15,44%
Funções Económicas				
Objetivos:				
Agric.,Pecuária, Silvi., Caça e Pesca	6 000,00	0,00	0,00%	0,00%
Indústria e Energia	1 000,00	0,00	0,00%	0,00%
Transportes e Comunicações	129 129,00	92 193,26	71,40%	47,82%
Comércio e Turismo	42 000,00	15 651,12	37,26%	54,26%
Outras Funções Económicas	6 000,00	0,00	0,00%	0,00%
Sub Total	184 129,00	107 844,38	58,57%	43,30%
Outras Funções				
Objetivos:				
Transferências entre Administrações	152 845,00	21 775,83	14,25%	19,84%
Diversas não Especificadas	42 350,00	27 997,35	66,11%	66,17%
Sub Total	195 195,00	49 773,18	25,50%	28,37%
TOTAL GERAL	2 180 963,00	1 197 802,24	54,92%	19,54%

Os gráficos que se seguem demonstram o valor executado por cada Função constante nas GOP – Grandes Opções do Plano, relativamente ao ano financeiro de 2023 e evolução dos valores previstos e executados, nos últimos dois anos.





2.6 Indicadores Orçamentais

Quadro n.º 23 - Indicadores de Desempenho Orçamental

Indicadores	2023		2022	
	Valores	Resultado	Valores	Resultado
Grau de Execução Orçamental da Receita (Receita cobrada líquida / Previsões corrigidas)	8 566 064,84 €	86,27%	7 276 863,52 €	59,58%
	9 929 074,00 €		12 212 915,86 €	
Grau de Execução Orçamental da Despesa (Despesas Pagas / Dotações Corrigidas)	8 198 077,48 €	82,57%	7 092 781,47 €	58,08%
	9 929 074,00 €		12 212 915,86 €	
Saldo Corrente (Receita corrente - despesa corrente)	6 739 435,40 €	145 906,20 €	5 922 223,21 €	153 121,15 €
	6 593 529,20 €		5 769 102,06 €	
Saldo De Capital (Receita de capital - despesa de capital)	1 589 083,43 €	445 335,40 €	652 417,37 €	- 193 824,91 €
	1 143 748,03 €		846 242,28 €	
Saldo Primário (Receita efetiva - Despesa efetiva - juros e outros encargos)	8 381 982,79 €	842 064,30 €	6 581 997,88 €	75 488,70 €
	7 539 918,49 €		6 506 509,18 €	
Saldo Gobal (Receita efetiva - Despesa efetiva)	8 381 982,79 €	644 705,56 €	6 581 997,88 €	- 33 346,46 €
	7 737 277,23 €		6 615 344,34 €	
Grau de Realização das Liquidações (Receita cobrada Líquida / Receita Cobrada Bruta)	8 566 064,84 €	87,82%	7 276 863,52 €	80,00%
	9 753 572,28 €		9 096 442,20 €	
Grau de Execução das Obrigações (Despesa paga / Obrigações)	8 198 077,48 €	98,83%	7 092 781,47 €	98,36%
	8 295 023,19 €		7 211 391,59 €	



Quadro n.º 24 - Indicadores de Endividamento

Indicadores de Endividamento	2023		2022	
	Valores	Resultado	Valores	Resultado
1 Amortização Empréstimos+juros Emp / FEF + FSM + IVA + n. 3 art. 35 lei 73/2013	635 172,53 € 4 386 699,89 €	14,48%	563 979,91 € 4 168 124,31 €	13,53%
2 Amortização Empréstimos+juros Emp / Receita cobrada líquida	635 172,53 € 8 566 064,84 €	7,41%	563 979,91 € 7 276 863,52 €	7,75%
3 Amortização Empréstimos+juros Emp / Despesa paga	635 172,53 € 8 198 077,48 €	7,75%	563 979,91 € 7 092 781,47 €	7,95%

3. Relato financeiro

No âmbito do SNC-AP, os objetivos do relato financeiro das entidades públicas passam, sobretudo, por proporcionar informação útil para efeitos de responsabilização pela prestação de contas e para a tomada de decisões. As demonstrações financeiras foram preparadas e apresentadas segundo a contabilidade na base do acréscimo, à semelhança do que já acontecia no normativo anterior (POCAL), de acordo com a estrutura concetual e as normas de contabilidade pública do sistema de normalização contabilística para a administrações publicas (SNC-AP).

De seguida iremos analisar o balanço e a demonstração de resultados, bem como efetuar uma breve análise resultante da implementação da contabilidade de gestão no Município de Mourão.



3.1 Análise ao Balanço

RUBRICAS	NOTAS	DATA	
		31/12/2023	31/12/2022
ATIVO			
Ativo não corrente		16 069 213,99 €	15 463 097,34 €
Ativos fixos tangíveis	5	15 562 828,29 €	14 867 370,66 €
Ativos intangíveis	3	62 672,67 €	128 588,96 €
Investimentos Participações financeiras	18	233 446,01 €	233 446,01 €
Diferimentos	30.2.1	205 006,36 €	228 431,05 €
Outras contas a receber	18	5 260,66 €	5 260,66 €
Ativo corrente		1 475 308,00 €	983 556,56 €
Inventários	10	26 446,84 €	29 070,44 €
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	18	476 901,86 €	
Clientes, contribuintes e utentes	18	79 283,51 €	88 794,30 €
Estado e outros entes públicos		1 093,29 €	
Outras contas a receber	18	450 802,06 €	622 829,79 €
Diferimentos	30.2.1	53 154,97 €	38 682,21 €
Caixa e depósitos	1	387 625,47 €	204 179,82 €
Total do ativo		17 544 521,99	16 446 653,90
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património/Capital	30.1	29 286 357,66 €	29 286 357,66 €
Resultados transitados	30.1	- 23 302 500,23 €	- 22 429 210,29 €
Outras variações no património líquido	30.1	5 320 743,22 €	4 272 909,97 €
Resultado líquido do período	30.1	- 1 388 918,06 €	- 873 289,94 €
Total do Património Líquido		9 915 682,59 €	10 256 767,40 €
PASSIVO			
Passivo não corrente		4 835 608,55 €	4 258 579,13 €
Provisões	15	25 772,41 €	24 948,10 €
Financiamentos obtidos	.6/7	3 830 302,04 €	4 229 553,92 €
Diferimentos	31	977 415,32 €	
Outras contas a pagar		2 118,78 €	4 077,11 €
Passivo corrente		2 793 230,85 €	1 931 307,37 €
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos	18	228 187,30 €	249 906,61 €
Fornecedores	18	72 496,70 €	116 461,36 €
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	18	183 727,93 €	222 846,36 €
Estado e outros entes públicos	18	79 790,36 €	41 648,02 €
Financiamentos obtidos	.6/7	441 551,61 €	503 099,98 €
Outras contas a pagar	18	567 785,05 €	468 756,80 €
Diferimentos	30.2.2	1 219 691,90 €	328 588,24 €
Total do Passivo		7 628 839,40	6 189 886,50
Total do Património Líquido e Passivo		17 544 521,99	16 446 653,90

Em 2023 o ativo do Município de Mourão atingiu os € 17 544 521,99 o que significa um aumento de cerca de 6,6 % face ao ano anterior. De seguida faz-se uma breve análise às variações da estrutura do ativo.

Os ativos fixos tangíveis representam 88% do total do ativo, registando um acréscimo líquido de € 695 457,63.

Os ativos intangíveis registaram uma diminuição de 51% no valor escriturado.

A participação financeira mantém o seu montante inalterável.

O ativo corrente reflete um aumento de € 491 751,44 relativamente a 2022, decorrente, fundamentalmente, do significativo aumento da conta disponibilidades, com um aumento de € 183 445,65, bem como o saldo dos devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis num total de € 476 901,86.



A rúbricas clientes, contribuintes e utentes, bem como a respetiva conta de imparidades registam ambas um decréscimo face ao anterior, devido, fundamentalmente ao facto de terem sido desreconhecidas valores de dívida que se encontravam prescritas. Os diferimentos ascendem a 258 mil euros (dos quais 205 mil euros se encontram reconhecidos em ativos não correntes) e dizem respeito a gastos a reconhecer inerentes ao processo da eficiência energética (iluminação pública).

Em relação ao passivo, o Município de Mourão fechou o ano com um valor de € 7 628 839,40, sendo constituído em 63% por passivo não corrente. De seguida, pode verificar-se a evolução das suas rubricas:

Comparando com o período homólogo, o total do passivo teve um aumento de 6%.

Relativamente ao valor de outras contas a pagar dizem respeito a acréscimos de gastos, com peso preponderante da rubrica de gastos com pessoal relativa a férias e subsídio de férias.

Foi reconhecida uma provisão para processo judicial em curso referente ao processo 557/8 OBEBJA - Abegoaria dos Frades e referente ao processo 40/23.1BEBJA do STAL – Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local em representação de Maria Ivone Fragoso Fonseca

Os fundos próprios do Município registam uma redução de 3%, sendo fortemente influenciados pelo resultado negativo do exercício (- € 1 388 918,06).



3.2 Análise à Demonstração de Resultados

A Demonstração dos resultados apresenta uma síntese da situação financeira baseada na estrutura de gastos e rendimentos de diversas naturezas.

O resultado líquido de 2023 é negativo em (- € 1 388 918,06), consequência da dinâmica dos gastos e rendimentos integrantes desta natureza e que se encontram fortemente influenciados pelas depreciações no montante de € 1 501 565,20. A estrutura de gastos e perdas apresentou um aumento na ordem dos 18%, enquanto a estrutura de rendimentos e ganhos apresentou um aumento na ordem dos 12%.

De referir que o EBITDA (resultado antes de depreciações e gastos de financiamento) é positivo em € 264 670.

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODO	
		2023	2022
Impostos, contribuições e taxas	14/30.3 +	553 842,39 €	773 483,32 €
Vendas	13 +	149 380,63 €	145 471,66 €
Prestações de serviços e concessões	13/30.3 +	784 106,68 €	561 846,67 €
Transferências e subsídios correntes obtidos	13 +	5 034 582,55 €	4 572 379,94 €
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10/30.4 -	-380 105,28 €	-266 072,85 €
Fornecimentos e serviços externos	30.6 -	-1 754 428,42 €	-1 637 961,98 €
Gastos com pessoal	19 -	-3 538 200,74 €	-3 068 579,01 €
Transferências e subsídios concedidos	13 -	-675 548,13 €	-549 532,20 €
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)	9/10. +/-	2 773,00 €	-11 078,00 €
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	9 +/-	-12 218,64 €	
Provisões (aumentos/reduções)	+/-	-824,31 €	-24 948,10 €
Outros rendimentos e ganhos	30.3 +	706 441,13 €	377 247,78 €
Outros gastos e perdas	30.4 -	-605 130,24 €	-235 869,89 €
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		264 670,62 €	636 387,34 €
Gastos/reversões de depreciação e amortização	30.7 +/-	-1 501 565,20 €	-1 428 799,04 €
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		-1 236 894,58 €	-792 411,70 €
Juros e rendimentos similares obtidos	30.3 +	0,00 €	4 187,43 €
Juros e gastos similares suportados	30.4 -	-152 023,48 €	-85 065,67 €
Resultado antes de impostos		-1 388 918,06 €	-873 289,94 €
Resultado líquido do período		-1 388 918,06 €	-873 289,94 €
Resultado líquido do período atribuível a:			



3.3 Disponibilidades

Em 2022/12/31, as disponibilidades totais eram de € 204 179, sendo que € 184 082 correspondiam a operações orçamentais e € 19 638 a operações não orçamentais. No final de 2023 o saldo foi de € 387 625, dos quais € 367 987 correspondem ao saldo orçamental e € 19 638 a saldo não orçamental. Tendo ocorrido um aumento face ao ano anterior de € 183 445 (90%).

3.4 Indicadores Económico-Financeiros

Os rácios estabelecem relações entre contas e agrupamentos de contas das demonstrações financeiras, balanço e demonstração dos resultados, para quantificar factos, detetar anomalias e fazer comparações no tempo. De seguida encontram-se os principais indicadores económico-financeiros:

Indicador	Rácio	Ano 2023			Ano 2022		
Autonomia financeira	Património Líquido / Ativo	9 915 683 €	17 544 522 €	56,5%	10 256 767 €	16 446 654 €	62,4%
Solvabilidade	Património Líquido / Passivo	9 915 683 €	7 628 839 €	130,0%	10 256 767 €	6 189 887 €	165,7%
Liquidez Geral	Ativo Corrente / Passivo Corrente	1 475 308 €	- 2 793 231 €	-52,8%	983 557 €	- 1 931 307 €	-50,9%
Liquidez Reduzida	(Ativo Corrente - Inventário) / Passivo Corrente	1 448 861 €	- 2 793 231 €	-51,9%	954 486 €	- 249 907 €	-381,9%
Liquidez Imediata	Disponibilidades / Passivo Corrente	387 625 €	- 2 793 231 €	-13,9%	204 180 €	- 249 907 €	-81,7%
Rendimento Património Líquido	Resultado Líquido / Património Líquido	- 1 388 918 €	9 915 683 €	-14,0%	- 873 290 €	10 256 767 €	-8,5%

3.5 Endividamento Municipal

A Lei n.º 73/2013 alterada pela Lei n.º 29/2023, de 04 de julho estabeleceu um novo conceito de endividamento, que é a dívida total de operações orçamentais. Tem como objetivo retirar do cálculo do montante da dívida da autarquia os valores resultantes de operações não orçamentais, como por exemplo as cauções.

O limite da dívida total é calculado por 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.

Caso o município tenha uma dívida total inferior ao limite apurado, ele só poderá aumentar, em cada exercício, o valor correspondente a 40% (Artigo 3.º da Lei n.º 29/2023) da margem disponível no início de cada um dos exercícios.



No quadro seguinte apresentamos a situação no ano de 2023 do Município de Mourão face ao limite da dívida total. O montante da dívida do Município em 31 de dezembro de 2023, não excede o limite de endividamento

MODELO 15 - Limite da dívida total								
ENTIDADE: MUNICÍPIO DE MOURÃO								
Período de relato: 01-01-2023 a 31-12-2023								
ENTIDADES	Receita Corrente Líquida Cobrada				Limite ano N	Dívida Total Ano N	Margem/Excesso	
	Anos			Média			Valor absoluto	%
	Ano N-3	Ano N-2	Ano N-1					
(1)	(2)	(3)	(4)	(5) = [(2)+(3)+(4)]/3	(6) = 1,5 * (5)	(7)	(8) = (7) - (6)	(9) = (8) / (6)
Município	5 633 896,15 €	6 041 735,02 €	5 922 223,21 €	5 865 951,46 €	8 798 927,19 €	4 840 024,92 €	- 3 958 902,27 €	-45%
Entidades Intermunicipais:								
Comunidade Intermunicipal						45 523,88 €		
Entidades associativas municipais:								
Associações de Municípios						887,07 €		
Empresas participadas						1 754,99 €		
Cooperativas						- €		
Fundações						- €		
Entidades de outra natureza						- €		
TOTAL	5 633 896,15 €	6 041 735,02 €	5 922 223,21 €	5 865 951,46 €	8 798 927,19 €	4 888 190,86 €	- 3 910 736,33 €	-44%

Endividamento					
ENTIDADES	Dívida Total Ano 2021	Dívida Total Ano 2022	Dívida Total Ano 2023	Δ 2023/2022	Δ 2023/2023
(1)	(7)	(7)	(7)		
Município	5 832 262,30 €	5 369 662,60 €	4 840 024,92 €	- 529 637,68 €	-10,94%
Serviços Municipalizados		- €	- €	- €	
Serviços Intermunicipalizados		- €	- €	- €	
Entidades intermunicipais:					
Área Metropolitana		- €	- €	- €	
Comunidade Intermunicipal	39 694,71 €	66 042,17 €	45 523,88 €	- 20 518,29 €	-45,07%
Entidades associativas municipais:					
Associações de Freguesias		- €	- €	- €	
Associações de Municípios	6 215,23 €	3 225,02 €	887,07 €	- 2 337,95 €	-263,56%
Empresas locais		- €	- €	- €	
Empresas participadas	2 925,23 €	2 639,93 €	1 754,99 €	- 884,94 €	-50,42%
Cooperativas		- €	- €	- €	
Fundações		- €	- €	- €	
Entidades de outra natureza		- €	- €	- €	
TOTAL	5 881 097,47 €	5 441 569,72 €	4 888 190,86 €	- 553 378,86 €	-11,32%

Este quadro traduz a evolução do Endividamento, existindo uma redução de € 553.378 (-11,32%), face ao ano de 2022, prosseguindo o Município na redução do valor da dívida total.



4 Contabilidade de Gestão

O SNC-AP veio estabelecer a base para o desenvolvimento de um sistema de contabilidade de gestão nas Administrações Públicas, definindo os requisitos gerais para a sua apresentação, dando orientações para sua estrutura e desenvolvimento e prevendo requisitos mínimos para o seu conteúdo e divulgação.

A contabilidade de gestão permite avaliar o resultado das atividades e projetos que contribuem para a realização das políticas públicas e o cumprimento dos objetivos em termos de serviços a prestar aos cidadãos.

O POCAL, entretanto revogado pelo SNC-AP, no seu artigo 5.º, determinava que a contabilidade de custos constitui um importante instrumento de gestão financeira (...) para o apuramento de custos por funções e para a determinação dos custos subjacentes à fixação das tarifas e dos preços, a NCP 27 amplia a abrangência da finalidade, ao determinar que a contabilidade de gestão destina-se a produzir informação relevante e analítica sobre custos (...) para satisfazer uma variedade de necessidades de informação dos gestores e dirigentes públicos na tomada de decisões, designadamente nos seguintes domínios:

- (a). No processo de elaboração de orçamentos (...);
- (b). Nas funções de planeamento e controlo, e na justificação para um plano de redução de custos;
- (c). Na determinação de preços, tarifas e taxas, como é o caso das entidades do setor local, cujos preços e taxas devem estar justificados pelo seu custo;
- (d). No apuramento do custo de produção de ativos fixos ou de bens e serviços;
- (e). Na mensuração e avaliação de desempenho (economia, eficiência, eficácia e qualidade) de programas;
- (f). Na fundamentação económica de decisões de gestão.

Adicionalmente, dispõe que a contabilidade de gestão proporciona informação dos custos ambientais. No SNC-AP, o objeto de custo é ampliado (atividade, programa, bem, serviço), estabelecendo que devem ser utilizadas bases de imputação múltiplas, nomeadamente quando os gastos indiretos têm um valor significativo em relação aos gastos totais.

No decorrer do ano de 2023 o Município de Mourão iniciou o processo de implementação da Contabilidade de Gestão, criando um novo plano com enquadramento em SNC-AP.

Apesar da evolução verificada neste último ano, ainda há caminho a percorrer, nomeadamente a implementação de um verdadeiro sistema de contabilidade de gestão, que para além dos gastos também passe a alocar as respetivas receitas dos bens, serviços e funções, possibilitando obter indicadores e analisar os desvios para acompanhar e controlar a gestão dos projetos.



5 Proposta de Aplicação de Resultados

Propõe-se que o resultado líquido negativo do exercício, no montante de € 1 388 918,06 euros, seja transferido para resultados transitados.

6 Acontecimentos após a data de relato

A Portaria n.º 366/2024, de 29 de fevereiro veio determinar o montante das transferências financeiras, relativamente ao ano de 2023, do Fundo de Financiamento da Descentralização para o exercício, pelos órgãos das autarquias locais, da competência relativa à atribuição de apoios ao transporte e ao alojamento para a frequência do ensino secundário aos alunos que residam em concelho sem oferta de ensino secundário.

A Portaria 110/2024/1, de 19 de março veio alterar a Portaria n.º 9/2023, de 4 de janeiro, que determina a fórmula de cálculo das transferências financeiras do Fundo de Financiamento da Descentralização para o exercício, pelos órgãos das autarquias locais, da competência relativa ao transporte de alunos com necessidades específicas individuais.

A 6 de Março de 2024 recebemos a verba de € 350 772,00 referente ao Acordo de Mutação Dominial a celebrado entre a Infraestruturas de Portugal, S.A. e o Município de Mourão em 2023 relativo à integração dos troços das antigas EN256 e EN256-1 no domínio público rodoviário municipal.

Mourão, 08 abril de 2023

O Presidente do Órgão Executivo

João Filipe Cardoso Fernandes Fortes